

VINICIUS DE SOUSA CORDEIRO

LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO
ESPACIAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE

Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do Curso de
Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Paraná

**Orientador: Prof. Dr. Cassio Frederico
Camargo Rolim**

**CURITIBA
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

VINICIUS DE SOUSA CORDEIRO

LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

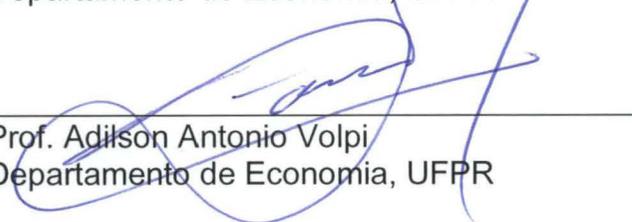
Orientador:



Prof. Dr. Cassio Frederico Camargo Rolim
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Luiz Xiscatti
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Adilson Antonio Volpi
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 10 de Dezembro de 2010

*A Danielle.
Aos meus pais, Joubert e Angela.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, benção e proteção.

A Danielle, pelo amor incondicional.

Aos meu Pais, Joubert e Angela, por toda dedicação a realização desse sonho.

Ao professor Cássio Rolim pelos valiosos ensinamentos.

Aos amigos de todas as horas, Rodolfo, Beatriz e Aline.

RESUMO

A base industrial paranaense é concentrada espacialmente em poucos municípios, principalmente nos da região metropolitana de Curitiba. Tal cenário tem origem em transformações iniciadas no espaço econômico do estado ainda na década de 70. No contexto das alterações na estrutura econômica nacional fomentada pelos projetos de desenvolvimento implementados no período 1972-1979 a região metropolitana de Curitiba foi palco de grandes investimentos, principalmente em setores como o químico, o metal-mecânico e o de infraestrutura. Mudanças também foram percebidas no que diz respeito ao setor Agropecuário estadual. Neste mesmo período, a modernização de algumas técnicas de produção e a introdução de novas culturas estimularam o crescimento de um setor agroindustrial capaz de fornecer insumos de maior valor técnico e de processar as matérias-primas oriundas da produção no campo. Assim, estabeleceu-se no estado um setor industrial composto fundamentalmente por dois segmentos principais: um relacionado à Agroindústria, com uma distribuição menos concentrada espacialmente atuando também em algumas regiões com maior dinamismo agropecuário; e outro baseado principalmente em setores mais dinâmicos concentrado na região metropolitana de Curitiba. Dessa forma, a análise do padrão locacional da atividade industrial paranaense revela a característica marcante da busca pela absorção das chamadas economias de aglomeração, determinante fundamental da concentração espacial.

Palavras-chave: Industrialização, Localização Industrial, Concentração.

ABSTRACT

The industrial base of Paraná is spatially concentrated in a small group of cities, mainly in the metropolitan area of Curitiba. This scenario starts to be defined with the changes that began in the economic space of the state still in the 70s. In the context of changes in national economic structure fostered by the development projects implemented in the period 1972-1979 the Curitiba metropolitan area was the *locus* of major investments, especially in sectors such as chemicals, metal-mechanical and infrastructure. Changes were also perceived in relation to the Agricultural sector. During this same period, the modernization of some production techniques and with the introduction of new cultures stimulated the growth of an agro-industrial sector able to provide high value inputs and to processing the raw materials derived from the agricultural sector. Thus, it was established in a state industrial sector consists mainly of two parts: one related to the Agricultural Industry, with a less concentrated spatial distribution located mainly in regions with higher agricultural dynamism, and one concentrated in the most dynamic sectors in the metropolitan area Curitiba. Thus, the locational pattern of Paraná industrial activity is highly influenced by the agglomeration economies, which has defined its concentrated pattern.

Key-words: Industrialization, Industrial Localization, Concentration.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA REVISÃO	3
2.1	LOCALIZAÇÃO CLÁSSICA	3
2.1.1	O Modelo Weberiano de Localização	4
2.2	UM NOVO ENFOQUE LOCACIONAL: AS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO.....	6
2.3	AGLOMERAÇÕES ECONOMICAS: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO NA TEORIA ECONOMICA.....	8
3.	A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA VISÃO ESPACIAL	13
3.1	A CONSOLIDAÇÃO DA MATRIZ ECONOMICA BRASILEIRA.....	13
3.2	OS REFLEXOS REGIONAIS	16
3.2.1	O processo de concentração espacial da industria brasileira – 1930/1975 .	16
3.2.2	Desconcentração espacial da Industria – a primeira onda: 1970 a 1985.....	17
3.2.3	Desconcentração Espacial da Industria – esgotamento ou desaceleração? O período 1986 aos anos 2000.....	20
4.	A INDUSTRIALIZAÇÃO E O ESPAÇO PARANAENSE.....	23
4.1	A INDÚSTRIA NO PARANÁ PRÉ-1970.....	23
4.1.1	Estrutura Produtiva.....	23
4.1.2	Distribuição espacial.....	24
4.2	A INDÚSTRIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970.....	25
4.2.1	Estrutura Produtiva.....	25
4.2.2	Distribuição espacial.....	26
4.3	A INDÚSTRIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1980.....	28
4.3.1	Estrutura Produtiva.....	28
4.3.2	Distribuição espacial.....	29
4.4	A INDÚSTRIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1990.....	30
4.4.1	Estrutura Produtiva.....	30
4.4.2	Distribuição espacial.....	33
5.	EVOLUÇÃO DO PERFIL ESPACIAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE.....	34
5.1	A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	34
5.1.1	O Poder de Atração da Região Metropolitana de Curitiba	34
5.1.2	A Cidade Industrial de Curitiba	35
5.1.3	Evolução da Estrutura Produtiva Concentrada	35
5.2	A INDÚSTRIA NO INTERIOR DO ESTADO.....	38
5.2.1	A Vinculação com a Atividade Agrícola	38
5.2.2	A Estrutura Produtiva do Segmento Agroindustrial	39
6.	CONCLUSÃO	42
7.	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
8.	ANEXOS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A malha industrial paranaense é concentrada espacialmente em poucos municípios, principalmente nos da região metropolitana de Curitiba. Segundo dados da Secretária Estadual da Fazenda(SEFA/PR), no ano de 2008, mais de 58% do valor adicionado fiscal da indústria estadual estavam concentrados em apenas 5 municípios (ver mapa no Anexo 1). Tal cenário teve origem em transformações iniciadas na economia estadual ainda na década de 1970. No contexto das alterações na estrutura econômica nacional fomentada pelos projetos de desenvolvimento implementados no período 1972-1979, a região metropolitana de Curitiba foi palco de grandes investimentos, principalmente em setores como o químico, o metal-mecânico e o de infra-estrutura. Mudanças também foram percebidas no que diz respeito ao setor agropecuário paranaense. Neste mesmo período, a modernização de algumas técnicas de produção e a introdução de novas culturas estimularam o crescimento de um setor agroindustrial capaz de fornecer insumos de maior valor técnico e de processar as matérias-primas oriundas da produção no campo.

Assim, estabeleceu-se no estado um setor industrial composto fundamentalmente por *dois segmentos principais*: um relacionado à agroindústria, com uma distribuição menos concentrada espacialmente, atuando fundamentalmente em regiões de maior dinamismo agropecuário; e outro baseado principalmente em setores mais dinâmicos do ponto de vista tecnológico, concentrado na região metropolitana de Curitiba. (ROLIM, 1995)

Nos anos de 1990 grandes investimentos em setores industriais como o automobilístico, aprofundam ainda mais o padrão industrial observado desde a década de 1970. Foi na região metropolitana de Curitiba que grandes grupos internacionais instalaram suas bases produtivas motivados principalmente por: (a) políticas de atração de investimentos; (b) proximidade com a região sudeste brasileira, maior mercado consumidor e detentor do mais avançado parque industrial do país; e, (c) por razoáveis condições em termos de infra-estrutura logística, de oferta de energia, de serviços de telecomunicações e de força de

trabalho qualificada. Este trabalho procura identificar e analisar os fatores fundamentais que promoveram a concentração espacial dentro da dinâmica da industrialização do estado do Paraná.

O instrumental teórico que norteará o estudo é baseado na teoria de localização clássica e seus desdobramentos mais recentes. Nos estudos clássicos sobre localização industrial defende-se que a decisão locacional tem como motivador fundamental a minimização dos custos de transportes envolvidos no processo produtivo. Nas análises contemporâneas acerca dos determinantes da localização industrial, a decisão locacional é fortemente influenciada pelos benefícios possíveis oriundos nas chamadas economias de aglomeração.

2. TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA REVISÃO

Nessa seção, apresenta-se, de forma sucinta, uma revisão teórica dos principais fundamentos das teorias de localização industrial o que auxiliará na identificação dos elementos-chave e na interpretação do processo de industrialização do estado do Paraná e sua articulação com o espaço.

2.1 LOCALIZAÇÃO CLÁSSICA

Os estudos pioneiros acerca da localização industrial foram feitos pelo economista alemão Alfred Weber no início do século XX. Em seu modelo, a minimização dos custos de transportes é apontada como determinante fundamental da decisão locacional. Ferreira (1989) lembra que o modelo weberiano considera, embora com menor ênfase, a existência de mais dois elementos de influência na escolha da localização, seriam eles o custo da força de trabalho e as forças de aglomeração e desaglomeração.

Na sequência apresentam-se, os principais elementos da estrutura teórica do modelo weberiano de localização industrial.

2.1.1 O Modelo Weberiano de Localização

2.1.1.1 Hipóteses Básicas

Os pressupostos básicos do modelo de Weber, como apontam Polese (1998) e Ferreira (1989), são:

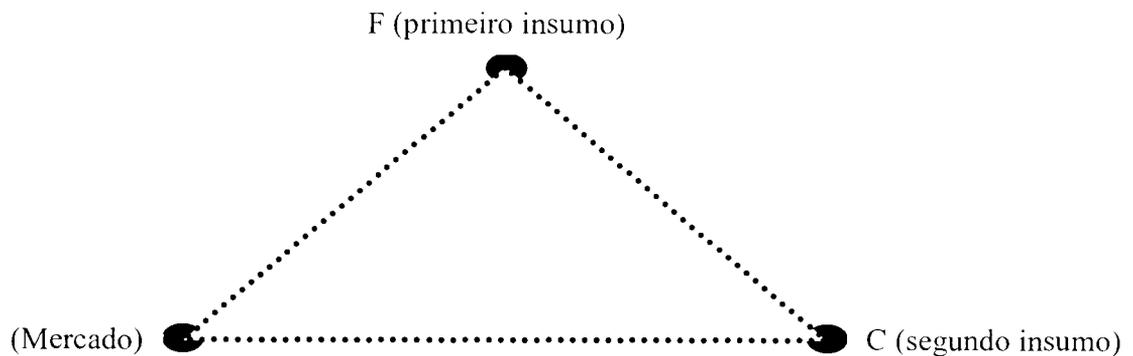
- a) A paisagem espacial constitui-se de uma planície homogênea, sem acidentes geográficos;
- b) Conhece-se a localização dos insumos materiais envolvidos no processo produtivo;
- c) A oferta dos insumos é infinitamente elástica, a um dado preço;
- d) Conhece-se a localização do mercado;
- e) A demanda pelos produtos da empresa é perfeitamente elástica;
- f) Os custos de transporte são função do peso físico do produto e da distância percorrida;
- g) Os custos da força de trabalho são dados, não variando de um lugar para o outro;
- h) As funções de produção são conhecidas e os insumos são utilizados em proporções fixas;
- i) A estrutura de mercado é a concorrência perfeita.

2.1.1.2 A Tomada de Decisão Locacional Weberiana

Para demonstrar a mecânica do modelo weberiano considera-se um exemplo simples, com uma representação bi-dimensional, que pode ser melhor visualizado através do chamado triângulo weberiano¹.

¹ A explanação que se segue é embasada no estudo Notas sobre Localização Industrial do professor Eduardo Haddad. Mimeo.

Figura 1 - Triângulo Weberiano



Fonte: POLESE (1998)

Neste caso, o processo produtivo da referida empresa, a qual deverá se localizar no interior do triângulo, se constitui do processamento de dois insumos transferíveis sendo um deles F e o outro C. Concretizada a produção, o produto final deverá ser transferido até o mercado, onde deverá ser comercializado. (POLESE, 1998)

Cada vértice do triângulo cria uma “força de atração” em sua direção que é proporcional ao peso por unidade do produto a ser transportado para o local de produção e, do local de produção para o mercado. Assim, quanto maior for o peso relativo de um insumo na função de produção de determinado produto, maior será a “atração” gerada pela localidade onde se encontra tal insumo. (FERREIRA, 1989)

Considerando u_1 e u_2 os pesos dos insumos, e u_3 o peso do produto final, e também, p_1 e p_2 como o preço dos insumos na fonte de oferta, p_3 como o preço por tonelada do produto no local de produção; t_1 , t_2 e t_3 são os respectivos custos de transporte por tonelada por unidade de distância (d – considerando Km), e por fim, k_1 e k_2 serão os coeficientes técnicos de utilização dos insumos na função de produção, pode-se definir que:

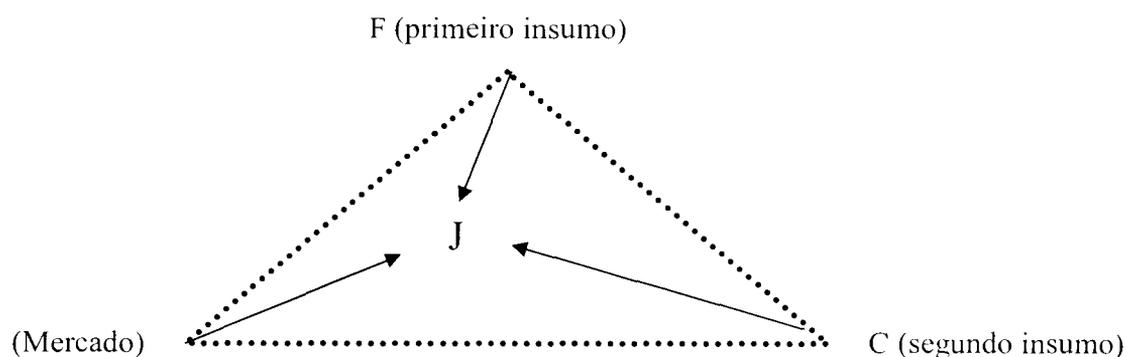
$$u_3 = f(k_1 \cdot u_1, k_2 \cdot u_2)$$

$$u_3 = f(u_1, u_2) \rightarrow d = u_1 + u_2 \text{ para } u_1 = u_2 = 1$$

Conforme for a atuação dos três pesos relevantes, u_1 , u_2 e u_3 , define-se a *localização ótima*, onde o custo total de transportes, TC, é minimizado. Com isso, encontra-se um ponto J no interior do triângulo no qual se observa a seguinte relação:

$$TC = \min \sum_i (u_i * t_i * d_i) - \text{A minimização dos custos de transportes}$$

Figura 2 – Localização Ótima



Elaboração Própria

De forma geral, os elementos teóricos dos estudos clássicos sobre a localização industrial são baseados no trabalho pioneiro de Weber, tendo como fator locacional determinante o **custo de transporte**.

Uma outra vertente teórica acerca das escolhas locacionais das empresas industriais, presente nas discussões contemporâneas do tema, centra esforços na tentativa de relacionar o padrão de distribuição espacial da atividade industrial com as chamadas *economias de aglomeração*.

2.2 UM NOVO ENFOQUE LOCACIONAL: AS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

O item que se segue procura apontar, de forma geral, algumas das principais diferenças existentes entre o enfoque clássico e os desdobramentos teóricos mais recentes sobre os determinantes da localização industrial. Em seguida, busca-se uma definição para as economias de aglomeração e, por fim, investiga-se o papel dessas economias para a explicação da localização industrial.

2.2.1.1 Principais Variações Metodológicas

De acordo com Ferreira (1989), os aspectos mais relevantes do ramo contemporâneo das teorias de localização industrial são: a consideração das condições de *demanda* e a *interdependência locacional*.

A proximidade ou não com o mercado consumidor pode acabar por *diferenciar o produto*, barateando-o por exemplo. Com isso, a curva de *demanda* deixa de ser *perfeitamente elástica* como era considerada no enfoque clássico, tornando a estrutura concorrencial imperfeita. Com isso, as estratégias de localização passam a influenciar no ambiente concorrencial dos setores industriais.

Para os trabalhos contemporâneos, a escolha locacional se dá num ambiente de incerteza ocasionada pelo contexto de informação imperfeita, no qual é praticamente impossível inferir sobre futuras mudanças no contexto econômico, social e político. Ademais, considera-se agora que os custos elevados de qualquer movimento de realocação de estruturas produtivas acabam por criar a chamada *inércia locacional*. (HOOVER e GIARRANTI, 1999).

Assim, tem-se potencializada a incerteza envolvida na tomada de decisão locacional, decisão esta que passa a ser pautada num leque muito maior de variáveis e não mais concentrada na busca pela minimização dos custos de transporte.

2.2.1.2 As Economias de Aglomeração

Elemento que substituiu, nas análises recentes, os custos de transporte como o determinante fundamental da escolha locacional, as economias de aglomeração podem ser entendidas como benefícios absorvidos pelos agentes econômicos sem que estes tenham arcado com a totalidade dos custos envolvidos. Tais economias podem surgir em função da proximidade das empresas com o mercado, com outras indústrias auxiliares, devido à maior qualidade dos sistemas de comunicação, dos avanços tecnológicos causados pela maior interação entre os agentes econômicos etc. Como destacam Ferreira

& Lemos (2000), “as sinergias geradas pela concentração espacial das atividades econômicas”, que favorecem a expansão da produtividade das empresas, contrapondo-se aos efeitos negativos das “deseconomias de aglomeração”.

Na passagem abaixo, IPARDES² (apud LEÃO, 1989) faz uma descrição genérica de alguns elementos que podem, de maneira articulada, gerar economias de aglomeração, tornando o espaço em questão, atrativo do ponto de vista locacional:

(...) Essas decisões (locacionais) estão sempre muito mais ligadas ao ambiente industrial preexistente, à proximidade dos centros de decisão, às condições de acesso (rodovias, aeroporto, porto), à disponibilidade e eficiência das telecomunicações e serviços urbanos de ordem superior, à existência da mão-de-obra em quantidade e qualidade adequadas e as condições de recepção de diretores e técnicos oriundos de outros centros nacionais ou estrangeiros, como moradia, escola e atividades sócio-culturais.

2.3 AGLOMERAÇÕES ECONÔMICAS: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO NA TEORIA ECONÔMICA

Os estudos espaciais no âmbito na teoria econômica distinguem basicamente três fontes primárias das aglomerações econômicas. Como destaca McCann (2001), são elas:

a) Retornos internos de escala gerados pelo tamanho das firmas – sob o aspecto locacional, as unidades produtivas obtêm economias internas de escala como resultado de maciços investimentos localizados num mesmo local (a firma). Esses recursos terão seu retorno potencializado pelo fato de estarem concentrados ao invés de espacialmente dispersos;

b) As economias decorrentes da concentração geográfica de empresas independentes, porém provenientes de uma mesma indústria, as chamadas **economias de localização**;

² IPARDES. Cidade Industrial de Curitiba. **Análise Conjuntural**, mar/abr. 1983.

c) As economias decorrentes da concentração geográfica de empresas independentes, provenientes de diferentes indústrias e setores da atividade econômica, as chamadas **economias de urbanização**.

Todavia, como alertam Guimaraes e Figueredo (2004), por mais que estejam presentes nas discussões iniciais sobre as aglomerações produtivas, os retornos crescentes de escala, não geram, por si só, aglomeração geográfica da produção. Sendo assim, a análise que se segue, se afasta de tal aspecto e procura entender as diferenças existentes entre as economias de localização, as de urbanização e qual seu papel para a existência das aglomerações econômicas.

2.3.1.1 As Economias de Localização

A investigação acerca de como as economias de localização contribuem para a formação de aglomerações econômicas está embasada fundamentalmente nas idéias de Marshall, publicadas nos seus “Princípios de Economia” em 1890.

Em sua obra, Marshall sugere como sendo duas as fontes das economias geradas pelo aumento de escala de produção:

1) o porte das firmas individuais (economias de escala internas);

2) a escala da indústria geograficamente concentrada, que é capaz de proporcionar economias externas às firmas, mas internas à indústria.

Por sua vez, como destaca Galinari (2002), essas externalidades que geram economias às empresas geograficamente concentradas, teriam, segundo Marshall, *três fontes distintas*, entretanto complementares. Seriam eles a) a formação de um polo especializado de trabalho; b) encadeamentos fornecedor-consumidor; e por fim, c) os tranbordamentos de conhecimento.

A concentração espacial de várias firmas de uma mesma industria acabaria gerando um mercado de trabalho dinâmico ao seu redor, com uma

força de trabalho especializada, facilitando o desenvolver da atividade produtiva local.

Basicamente são dois os benefícios de um mercado de trabalho dinâmico para as empresas industriais concentradas. Primeiramente, uma ampla oferta de força de trabalho confere agilidade para responder as oscilações do mercado da qual as empresas fazem parte - *aumento da demanda requer elevação da produção, o que se obtém, no curto prazo, através da contratação de mais trabalhadores*. Em segundo lugar, além da disponibilidade de força de trabalho, necessita-se que os trabalhadores sejam qualificados para que possam ser rapidamente inseridos no contexto produtivo. Em um ambiente industrial concentrado é mais comum que se encontre trabalhadores especializados, o que reduz os custos de aquisição de força de trabalho aumentando assim a eficiência produtiva. (McCann, 2001)

No que diz respeito ao encadeamento fornecedor-consumidor, as externalidades seriam provenientes da especialização de algumas firmas em etapas do processo produtivo, tornando se fornecedoras de insumo à atividade principal da indústria. Isso permitiria, em diferentes níveis, a elevação da escala da produção industrial. De acordo com Capello (2004), uma das principais explicações para a existência de economias de localização é a indivisibilidade da produção no nível da indústria: relações de *input-output* explicam a aglomeração espacial, uma vez que atuam sobre os custos de produção (na forma de preços mais baixos de entrada) e nos custos de transação (sob a forma de diminuir os riscos comerciais).

Para Edwards(2007), além da redução dos custos de produção e dos custos de transação, os encadeamentos fornecedor-consumidor acabam por potencializar o dinamismo produtivo de determinada indústria por atuar no sentido a ampliar a confiança nas relações econômicas - *Proximidade gera interação e interação aumenta a confiança entre fornecedores e consumidores, o que pode impulsionar a atividade econômica*.

Com relação aos transbordamentos de conhecimento, estes desempenham um importante papel sobre a **inovação** do processo produtivo. A concentração espacial de várias firmas de uma mesma indústria acaba por facilitar as interações, mesmo que informais, de seus trabalhadores. Tais interações refletem-se em um intensa troca de informações e experiências, o que acaba por ampliar o conhecimento sobre o processo produtivo, o mercado consumidor, os produtos, a tecnologia empregada no setor, entre outras. Essa troca de conhecimento tácito acaba por impulsionar o processo criativo do setor concentrado, impulsionando um constante movimento inovativo. (McCann, 2001).

Contudo, uma das principais críticas que se coloca na explicação das aglomerações econômicas através das externalidades geradas dentro de uma mesma indústria, é a não menção de um potencial gerador de externalidades: a *diversidade de setores industriais*. Conforme Jacobs (apud Capello 2004), a diversidade da indústria presente numa área urbana pode tornar-se uma importante fonte de *transbordamento de conhecimento*. Ganha força a partir daí é o conceito das *economias de urbanização*.

2.3.1.2 Economias de Urbanização

De acordo com Capello (2004), o primeiro trabalho a distinguir e caracterizar as economias de localização das de urbanização foi o de Hoover, em 1937. Para ele, as economias de localização são economias externas às firmas mas internas à indústria, enquanto que as economias de urbanização são as externas às indústrias e internas às cidades. Assim, enquanto as economias de localização eram fonte do tamanho da indústria, as economias de urbanização eram oriundas do tamanho do mercado onde as indústrias atuavam, ou seja, oriundas do tamanho das cidades.

O trabalho de Jacobs(1969), apresenta uma vasta análise do papel desempenhado pelas economias de urbanização para as aglomerações econômicas. A autora defende que as inovações surgem através de um novo

produto ou serviço, que é formado de várias divisões de trabalho já estabelecido, que puderam ser concatenados pela escala urbana existente. Sendo assim, as grandes cidades seriam mais eficientes do que as cidades menores, o que geraria um processo retroalimentador de aglomeração por conta da maior eficiência.

Moowaw (1983, apud Capello 2004) e Sveikauksas (1975, apud Capello 2004), os autores encontraram relação entre o tamanho da cidade e a produtividade industrial. Ambos os estudos chegaram a uma relação de aproximadamente 6% de elevação da produtividade quando a cidade dobra de tamanho. Em Capello (2004), encontra-se algumas das razões para tal fato, seriam elas:

a) economias de escala decorrentes da produção e utilização de bens e serviços públicos;

b) economias de escala decorrentes do **tamanho do mercado urbano**: a qualidade do mercado de trabalho; um grande mercado para consumo dos bens produzidos; a existência de diferentes nichos de mercado para se explorar;

c) as economias resultantes do papel da cidade como incubadora de fatores de produção. **O dinamismo urbano** amplia e dinamiza o mercado de trabalho, propicia o acesso rápido a um série de serviços altamente especializadas e qualificados e por fim, amplia o acesso à informação e a comunicação.

3. A INDÚSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA VISÃO ESPACIAL

O capítulo que se segue busca destacar os principais momentos do processo de industrialização brasileira e sua articulação com o espaço nacional. Tal investigação se mostra necessária visto que, uma análise desmenbrada da indústria paranaense, negligenciaria aspectos importantes da industrialização do estado, que nada mais é que parte integrante de uma estrutura superior, de uma dinâmica econômica nacional.

A primeira seção, trata do processo de consolidação da matriz industrial brasileira, com foco nos desdobramentos ocorridos na década de 1970. Na sequência, o enfoque passa a ser regional, destacando os reflexos do período sobre as principais regiões do país.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DA MATRIZ ECONOMICA BRASILEIRA

Grande parte da literatura econômica acerca do tema define como sendo a década de 1930 o período no qual observou-se o início do processo de consolidação de uma matriz industrial no Brasil.

Como destaca Trintin (2001):

Foi a partir da década de 30 do século passado que o processo de industrialização da economia brasileira tomou impulso e passou a avançar rumo a internalização das forças produtivas tipicamente capitalistas no país [...]

Girando na órbita da atividade cafeeira, o setor industrial passa a dar os primeiros sinais de avanço produtivo impulsionado pelo crescimento da produção e exportação do café brasileiro. Com o acúmulo de capital proveniente da atividade cafeeira, boa parte dos recursos obtidos pela comercialização do café passam a ser desviados para atividade industrial. Assim, o setor industrial nascente passa a suprir as demandas do setor exportador e de um segmento urbano que começa a dar sinais de expansão.

Na esteira desse processo, observa-se já na década de 1950, a consolidação de um mercado nacional, com a integração comercial das várias regiões brasileiras. Foi a partir daí que a indústria brasileira passou a dar os primeiros sinais de reestruturação produtiva, iniciando o processo de afastamento dos segmentos mais tradicionais em direção aos de maior valor agregado, vide a tabela 3.1. Como destacado em Villela (2005), o valor da transformação industrial brasileira cresceu em média 11,6% a.a no período 1955-1963.

TABELA 3.1 - Brasil: Composição do Valor Adicionado Industrial nos anos de 1952 e 1961

Segmento	Particip. % 1952	Particip. % 1961	Tx. Média Cresc. Anual, 1952-61, %
<i>Não Duráveis</i>	55,40%	40,00%	7,70%
<i>Duráveis</i>	6,00%	12,00%	18,20%
<i>Intermediários</i>	32,50%	35,70%	12,80%
<i>Capital</i>	6,10%	12,30%	20,30%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Sochaczewski (1993), apud Villela, (2005).

Foi contudo entre o final década de 1960 e o início da década de 1970 que as bases industriais brasileiras se firmam de vez através de um processo amplo, dinâmico e espacialmente menos concentrado, de reestruturação produtiva. O país passava pelo chamado “milagre econômico”, período no qual o produto nacional cresce de forma realmente destacada. Com base nos dados contidos em Hermann (2005), a taxa média de crescimento real do produto brasileiro entre os anos de 1968-1973 foi de 11% a.a. A indústria pesada (bens intermediários e de capital) e outros segmentos de igual ou maior valor comercial e tecnológico agregado passam a ocupar lugar cativo na política de fomento industrial do Estado brasileiro.

A matriz industrial do país ganha escala e volume impulsionada pelos grandes planos de investimento do Estado, com destaque ao PAEG (Plano de

Ação Econômica do Governo) entre os anos de 1964-66 e os grandes PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) entre os anos de 1968-80.

Conforme observa Tavares (1986) em meados da década de 1970, tem-se um novo padrão de acumulação, focado em segmentos mais pesados da indústria, o que implicou num crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de consumo duráveis e de produção.

A tabela 3.2 apresenta um quadro geral do comportamento da produção industrial nos anos subseqüentes. O processo de maturação dos investimentos iniciados na década de 1970 foi sensivelmente postergado no início da década seguinte por conta da crise de endividamento instaurada no país. Em meados dos anos 1980, observa-se uma melhora da produção industrial nacional, porém tal fenômeno não foi duradouro.

Em meados da década de 1990, a economia brasileira passa a apresentar sinais de recuperação e conseqüentemente a atividade industrial volta a apresentar taxas positivas de crescimento.

Novamente interrompido o processo com o impacto das crises cambiais que se sucederam nos anos de 1998 e 1999, a indústria nacional se vê estagnada. A partir do início da última década, o dinamismo volta a fazer parte do ambiente industrial brasileiro.

TABELA 3.2 - Brasil: Valor Adicionado Industrial - Variação Real Anual (% a.a.)

Ano	Var %						
1970	11,9	1980	9,1	1990	-9,5	2000	5,7
1971	11,9	1981	-10,4	1991	0,1	2001	0,7
1972	14,0	1982	-0,2	1992	-4,2	2002	2,4
1973	16,6	1983	-5,8	1993	9,3	2003	1,9
1974	7,8	1984	6,2	1994	8,1	2004	8,5
1975	3,8	1985	8,4	1995	4,9	2005	1,2
1976	12,1	1986	11,3	1996	0,1	2006	1,0
1977	2,3	1987	1,0	1997	2,5	2007	5,6
1978	6,1	1988	-3,4	1998	-4,8	2008	3,2
1979	6,9	1989	2,9	1999	-1,9		

Década	Média a.a						
1970	9,3	1980	1,9	1990	0,5	2000	3,4

Fonte: Dados Brutos: Ipeadata/IBGE. Elaboração própria

3.2 OS REFLEXOS REGIONAIS

De acordo com o estudo *Análise das Mega-Tendências Regionais e Setoriais* (FIPE, 2006) quando analisado pela ótica espacial, o processo de consolidação da matriz industrial brasileira apresenta, essencialmente, três momentos principais, sendo eles:

- 1) O período de concentração da atividade produtiva industrial, que dura de 1930 até meados da década de 1970;
- 2) O período de desconcentração econômica espacial que vai de 1976 até 1986
- 3) e por fim, o período que vai 1986 até o início do século XXI, de relativo equilíbrio na participação das indústrias regionais no valor adicionado industrial nacional, o que poderia indicar o esgotamento ou desaceleração do processo de desconcentração³;

A análise que se segue descreve, de maneira sumarizada, os principais acontecimentos de cada um dos períodos e seus principais desdobramentos.

3.2.1 O processo de concentração espacial da indústria brasileira – 1930/1975

Conforme discutido no item anterior, foi a partir da década de 1930 que a indústria no Brasil começou realmente a se desenvolver. Inicialmente, na órbita da atividade cafeeira, foi impulsionada pelo acúmulo de capital oriundo de tal setor, tendo como *locus* o estado de São Paulo.

Conforme aponta Trintin(2001):

O processo de concentração industrial se reforçou em território paulista porque este já contava com unidades industriais mais complexas, com escala de produção para atender ao mercado nacional, e oferecia as melhores condições de localização para esses segmentos industriais.

³ O período que se segue do ano de 1986 em diante é de grande discussão acerca da característica de distribuição espacial da indústria. Alguns autores como Cano(1997) apontam a interrupção do processo de desconcentração espacial, outros como a Pacheco(1999) defendem o contrário, a manutenção do processo de desconcentração, porém a taxas mais modestas.

A partir da expansão da malha de transportes do país, a incipiente atividade industrial que se desenvolvia em algumas regiões foi completamente engolida pelos produtos que vinham majoritariamente de solo paulista.

Assim, por mais de 20 anos, São Paulo e seu entorno consolidou sua posição hegemônica no contexto nacional da produção industrial.

De acordo com dados do IBGE (apud Diniz, 1996), no ano de 1970 somente a região metropolitana da cidade de São Paulo concentrava aproximadamente 34% de todo o emprego industrial do país. Analisando os dados do valor adicionado industrial, a concentração era ainda maior, com mais de 44% do total nacional concentrado na região.

3.2.2 Desconcentração espacial da Indústria – a primeira onda: 1970 a 1985

Por volta do final da década de 1950 o governo brasileiro passa a implementar uma série de programas com o intuito de expandir a indústria nacional tanto em termos produtivos quanto em termos regionais.

A começar pelo Plano de Metas em 1955 do governo Juscelino, até os grandes planos nacionais de desenvolvimento - os PNDs do governo militar - o foco passou a ser integrar as demais regiões do Brasil à matriz industrial concentrada no Sudeste.

Grandes foram os investimentos em infra-estrutura básica, como rodovias, ferrovias, portos, redes elétricas, telecomunicações, etc para que se impulsionasse o avanço industrial nos quatro cantos do país.

Conforme aponta Diniz(1996), a malha rodoviária pavimentada (federal e estaduais) salta de 12.700 Km em 1960 para 130.000 Km no final da década de 1980. O número de terminais telefônicos sobe de 1,4 milhões em 1972 para, aproximadamente, 7 milhões em 1985. A capacidade de geração de energia elétrica eleva-se de 11 milhões de KW em 1970 para 60 milhões de KW em fins da década de 1980. Tal ampliação da infra-estrutura econômica se distribui de maneira menos concentrada nas principais regiões do país e acabou por gerar **economias de urbanização** facilitando o fenômeno de desconcentração industrial.

Guimarães Neto(1995) analisando o setor industrial nacional no período e seu comportamento de localização espacial, apresenta o seguinte diagnóstico:

1) Com a instalação da Zona Franca de Manaus a Região Norte apresenta um significativo aumento de participação nos segmentos de bens duráveis, de consumo e nos bens de capital no total da sua indústria de transformação. Esses segmentos que em 1970 representavam 5% do valor adicionado industrial (VAI) total, em 1985 já representavam 48%;

2) No Nordeste, o segmento que mais se expandiu no período foi o de bens intermediários, com destaque a implementação do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia;

3) No Sul, a produção de máquinas, equipamentos e implementos relacionados a atividade agropecuária passa a ter peso importante no segmento de bens de capital e de consumo não duráveis;

4) Na já consolidada matriz industrial do Sudeste, a indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital passou a representar mais de um terço de todo o valor adicionado industrial da região.

A análise da tabela 3.3 permite uma visão ampla do fenômeno de desconcentração espacial pelo qual passou a indústria nacional. No ano de 1970, São Paulo e Rio de Janeiro detinham juntos, mais de 70% de todo o valor adicionado industrial(VAI) do país. Em 1985, esse índice cai para aproximadamente 57%.

TABELA 3.3 - Participação dos Estados Brasileiros no Valor Adicionado Industrial Nacional, 1970 - 1985

Estados	% no VAI Nacional		
	1970	1985	Var. (p.p) 1995/1985
Acre	0,01%	0,03%	0,02
Alagoas	0,37%	0,45%	0,08
Amazonas	0,35%	1,94%	1,59
Amapá	0,22%	0,01%	-0,20
Bahia	2,47%	4,01%	1,54
Ceará	0,78%	1,10%	0,32
Distrito Federal	0,11%	0,20%	0,09
Espírito Santo	0,51%	1,32%	0,81
Goiás	0,46%	0,75%	0,29
Maranhão	0,23%	0,27%	0,04
Minas Gerais	6,87%	8,26%	1,40
Mato Grosso do Sul	0,00%	0,23%	0,23
Mato Grosso	0,32%	0,20%	-0,12
Pará	0,44%	0,61%	0,17
Paraíba	0,34%	0,38%	0,04
Pernambuco	2,08%	1,90%	-0,18
Piauí	0,08%	0,16%	0,08
Paraná	2,99%	5,01%	2,01
Rio de Janeiro	15,26%	7,95%	-7,32
Rio Grande do Norte	0,29%	0,37%	0,08
Rondônia	0,04%	0,24%	0,20
Roraima	0,00%	0,01%	0,00
Rio Grande do Sul	6,29%	8,08%	1,79
Santa Catarina	2,67%	3,93%	1,26
Sergipe	0,36%	1,01%	0,65
São Paulo	56,45%	51,58%	-4,87
Tocantins	0,00%	0,00%	0,00

Fonte: Dados Brutos: Ipeadata/IBGE - Sistema de Contas Nacionais. Elaboração Própria.

Os estados que mais tiveram suas participações no VAI nacional aumentadas no período foram a Bahia, Minas Gerais e o Paraná aumentando sua participação em 2,43, 2,38 e 1,83 pontos percentuais respectivamente.

3.2.3 Desconcentração Espacial da Indústria – esgotamento ou desaceleração? O período 1986 aos anos 2000

A partir de meados da década de 1980 o fenômeno de desconcentração espacial da atividade industrial brasileira passa a dar sinais de enfraquecimento. Trata-se de um período conturbado para a economia brasileira. Endividamento externo, crise monetária e instabilidade política acabam por arrefecer o dinamismo expansivo observado nos anos anteriores.

Em sua obra, Cano(1997, apud Trintin 2001), destaca alguns dos principais fatores que influenciaram negativamente o desempenho industrial brasileiro no período, reduzindo a velocidade observada no processo de desconcentração regional:

a) desmantelamento do Estado Nacional e de outros órgãos de desenvolvimento regional, principalmente a partir do governo Collor;

b) a abertura comercial feita de modo irresponsável, com efeitos perversos sobre vários segmentos produtivos;

c) esgotamento dos impactos dos investimentos dos PNDs a partir de 1985, devido a sua maturação;

d) diminuição da capacidade de investimento público impulsionado pela ineficiência fiscal;

e) diminuição das exportações de bens manufaturados;

f) concentração dos investimentos nos segmentos de informática, microeletrônica, telecomunicações e automação majoritariamente em São Paulo – indústria essa que acabará de ter seu mercado aberto;

Pacheco (1999) destaca a precariedade de estatísticas sobre o desempenho industrial do período. Com informações censitárias desatualizadas, alguns estudos sobre o período utilizam-se de estatísticas alternativas (pessoal ocupado, número de estabelecimentos industriais), chegando muitas vezes a conclusões distintas.

Cano (1997), por exemplo, destaca o período de 1985 a 1995 como o momento de inflexão do processo de desconcentração espacial da indústria. Diniz(1996) utiliza-se de levantamentos para apontar limites claros para a desconcentração, restrita ao entorno da economia paulista. Já Pacheco (1999), examinando dados como valor da transformação industrial, estabelecimentos industriais e pessoal ocupado, defende a clara manutenção da desconcentração industrial, porém, em menor escala.

Os dados mais recentes sobre o valor adicionado industrial permitem uma análise mais consistente do fenômeno espacial pelo qual passou a indústria nacional nos últimos anos.

A atividade industrial do estado de São Paulo e também do Rio de Janeiro acabaram por perder participação no VAI nacional por crescerem a taxas inferiores das que as demais regiões. Enquanto que no ano de 1985 os dois estados eram responsáveis por quase de 60% do VAI, em 1995 esse valor cai para 53% e em 2007 para 50%. Os estados que mais se destacaram no cenário industrial brasileiro no período 1985/1995 foram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Amazonas. Já no período 1995/2007, os estados que mais aumentaram sua participação no VAI nacional foram Minas Gerais e o Paraná.

Os dados sugerem a permanência do processo de desconcentração espacial da indústria nacional, a taxas mais reduzidas daquelas observadas no período 1970/1985. Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Paraná se destacam e também passam a ocupar posição de destaque na matriz industrial nacional.

Entretando, cabe destacar que o *core* industrial brasileiro continuava sendo de longe o estado paulista. Tal característica dificilmente será quebrada, pois trata-se da base sobre a qual se desenvolveu toda a estrutura produtiva nacional, estabelecendo fortes vinculos inter-regionais.

É nesse contexto de intensa mudança no padrão de desenvolvimento e de localização da atividade industrial nacional que se pretende analisar o processo de industrialização do estado do Paraná sua estrutura produtiva e articulação com o espaço estadual.

Tabela 3.4 - Participação dos Estados Brasileiros no Valor Adicionado Industrial Nacional - Período: 1985/1995/2007

Estados	% no VAI Nacional				
	1985	1995	2007	Var. (p.p) 1995/1985	Var. (p.p) 2007/1995
Acre	0,03%	0,05%	0,06%	0,02	0,01
Alagoas	0,45%	0,40%	0,48%	-0,05	0,08
Amazonas	1,94%	2,99%	2,95%	1,05	-0,04
Amapá	0,01%	0,02%	0,04%	0,01	0,02
Bahia	4,01%	3,29%	3,41%	-0,71	0,11
Ceará	1,10%	1,18%	1,38%	0,08	0,20
Distrito Federal	0,20%	0,23%	0,35%	0,03	0,12
Espírito Santo	1,32%	1,53%	1,91%	0,21	0,37
Goiás	0,75%	0,99%	2,00%	0,24	1,01
Maranhão	0,27%	0,43%	0,59%	0,16	0,16
Minas Gerais	8,26%	8,68%	10,05%	0,41	1,37
Mato Grosso do Sul	0,23%	0,46%	0,50%	0,23	0,04
Mato Grosso	0,20%	0,43%	0,80%	0,23	0,37
Pará	0,61%	1,15%	1,41%	0,54	0,26
Paraíba	0,38%	0,45%	0,49%	0,07	0,04
Pernambuco	1,90%	2,10%	1,50%	0,20	-0,60
Piauí	0,16%	0,20%	0,21%	0,04	0,01
Paraná	5,01%	5,54%	6,49%	0,53	0,95
Rio de Janeiro	7,95%	7,75%	6,47%	-0,20	-1,28
Rio Grande do Norte	0,37%	0,31%	0,41%	-0,06	0,09
Rondônia	0,24%	0,13%	0,23%	-0,11	0,10
Roraima	0,01%	0,01%	0,02%	0,00	0,01
Rio Grande do Sul	8,08%	10,23%	7,75%	2,14	-2,48
Santa Catarina	3,93%	5,32%	5,68%	1,39	0,37
Sergipe	1,01%	0,38%	0,38%	-0,63	0,00
São Paulo	51,58%	45,71%	44,38%	-5,87	-1,33
Tocantins	0,00%	0,05%	0,08%	0,05	0,04

Fonte: Dados Brutos: Ipeadata/IBGE - Sistema de Contas Nacionais. Elaboração Própria.

4. A INDUSTRIALIZAÇÃO E O ESPAÇO PARANAENSE

No capítulo que segue, o processo de industrialização paranaense é dividido em 4 fases distintas para melhor análise. São elas, o período pré-1970, a década de 1970, a década de 1980 e a década de 1990 até os anos 2000. Em cada um das sessões, apresenta-se a estrutura a produção industrial do estado e o padrão de divisão espacial da produção.

4.1 A INDÚSTRIA NO PARANÁ PRÉ-1970

4.1.1 Estrutura Produtiva

Da emancipação política no ano de 1853 à década de 1960, a atividade industrial do estado era intimamente ligada à atividade agrícola, sendo inicialmente a erva-mate, a madeira, e posteriormente o café, os principais produtos paranaenses. Dedicando-se principalmente as primeiras fases do beneficiamento de tais produtos, a estrutura da produção industrial neste período era pouco diferenciada, rudimentar. (Leão, 1989).

Não diferente do que vinha acontecendo em âmbito nacional, a atividade cafeeira passou a emanar capital para o desenvolvimento de uma estrutura industrial no estado. No final da década de 1940 o Paraná passou a ocupar o status de maior produtor brasileiro de café, e observou-se assim no estado um novo padrão de acumulação de capital.

Já no início da década de 1950, as taxas de crescimento do setor industrial paranaense passam a superar os demais setores econômicos estaduais. A indústria crescia em média 7,7% no período contra os 4,9% observados no setor agrícola. (Leão, 1989)

De acordo com os dados da Pesquisa Anual da Indústria, no final da década de 1960 a atividade industrial do estado estava concentrada em 2 segmentos principais: atividades de beneficiamento da madeira, com 26% do valor adicionado industrial, seguido pelo segmento de Produtos Alimentares, com 24% de participação.

TABELA 4.1 - Participação dos Principais Segmentos da Indústria do Paraná na Composição do Valor Adicionado Industrial, 1969

Segmentos	% VAI Estadual
<i>Madeira</i>	26,32%
<i>Produtos Alimentares</i>	24,03%
<i>Textil</i>	9,04%
<i>Papel e Papelão</i>	7,43%
<i>Quimica</i>	5,57%
<i>Metal-Mecanico</i>	4,57%
Subtotal	76,96%
<i>Demais Segmentos</i>	23,04%

Fonte de Dados Bruto: SIDRA/IBGE - Pesquisa Anual da Industria. Elaboração Própria.

4.1.2 Distribuição espacial

Em relação à distribuição espacial da indústria no período pré-1970, a microrregião de Curitiba já contribuía com mais de um terço da produção industrial. Na seqüência, vinham as microrregiões de Londrina, Ponta Grossa, Maringá e a do Médio Iguaçu, que juntas acrescentaram mais um terço ao valor adicionado industrial paranaense no referido ano.

TABELA 4.2 - Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no Valor Adicionado Fiscal da Industria Estadual, 1970

Região	% VAF Industria Estadual
<i>Curitiba</i>	34,66%
<i>Londrina</i>	12,37%
<i>Ponta Grossa</i>	8,76%
<i>Maringá</i>	5,81%
<i>Médio Iguaçu</i>	4,43%
Subtotal	66,03%
<i>Demais regiões</i>	33,97%

Fonte: Censo Industrial do Paraná, 1970, apud TRINTIN, 2001.

4.2 A INDUSTRIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970

4.2.1 Estrutura Produtiva

No decorrer da década de 1970 a atividade industrial paranaense passa por um profundo processo de transformação. Observa-se um dinâmico movimento de diversificação da estrutura produtiva do estado. Como aponta IPARDES (1982), durante a década de 1970, o setor industrial tem sua renda interna multiplicada por cinco, passando assim a representar o segundo maior setor em termos de contribuição à renda interna estadual, representando 28% do total⁴.

TABELA 4.3 - Evolução da Renda Interna do Paraná - Setores - 1970/1975/1980

Ano	Agricultura	Industria	Serviços
1970	100	100	100
1975	285	293	228
1980	253	580	315

Fonte: Paraná: Economia e Sociedade IPARDES (1982)

Os segmentos tradicionais que giravam na órbita da atividade de exploração agrícola começam a dar espaço a segmentos mais dinâmicos da produção industrial.

Como mostra a tabela 4.4, em meados da década de 1970 o segmento de beneficiamento de madeira juntamente com o segmento de produtos alimentares representavam mais de 44% de todo o valor adicionado industrial. Em meados da década de 1980, esses dois segmentos juntos representavam pouco mais de 26%. Por outro lado, segmentos de maior dinamismo técnico e de maior valor agregado passam a aumentar a participação na indústria estadual. Segmentos como metal-mecânico, o de materiais elétricos e o químico, que em meados de 1970 representavam aproximadamente 23% do VAI, chegam à metade da década de 1980 com participação conjunta de 36%.

⁴ O setor de serviços ocupava a primeira colocação, gerando 53% da renda interna estadual, enquanto que a agricultura representava 19% do total.

TABELA 4.4 - Participação dos Principais Segmentos da Indústria do Paraná no Valor Adicionado Industrial do Estado, 1974-1984

Segmento	% VAI Estadual	
	1974	1984
<i>Madeira</i>	25,34%	8,76%
<i>Produtos Alimentares</i>	18,78%	17,52%
<i>Têxtil</i>	5,31%	4,18%
<i>Química</i>	13,40%	23,86%
<i>Papel e Papelão</i>	7,20%	7,07%
<i>Metal-Mecânico</i>	8,50%	7,24%
<i>Materiais de Transporte</i>	1,33%	4,76%
Subtotal	79,86%	73,39%
Demais segmentos	20,14%	26,61%

Fonte: Dados Brutos IBGE - Pesquisa Anual da Indústria.
Elaboração Própria.

Entretanto, vale destacar também que, embora tenham perdido espaço na matriz industrial paranaense, os segmentos tradicionais tem sua estrutura profundamente alterada, passando a um nível de processamento de matérias-primas mais profissional e dinâmico. (Leão, 1989)

Com relação ao segmento Químico, cabe ressaltar que o “boom” observado no período – sai dos 13% de participação no VAI em 1974 para aproximadamente 24% em 1984 – se deve a instalação, no ano de 1977, na cidade de Araucária, Região Metropolitana de Curitiba, da refinaria Presidente Getulio Vargas da Petrobras, a REPAR.

4.2.2 Distribuição espacial

Os efeitos dessa explosão de crescimento industrial não foram sentidos de forma semelhante em todas as regiões do Paraná. O *locus* desse fenômeno foi essencialmente a Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Entre os anos de 1975 e 1979 a contribuição da RMC ao valor adicionado industrial paranaense salta dos 33% para 53% como apontam os dados do IPARDES (2003).

No início da década de 1970, a microrregião da Região Metropolitana de Curitiba detinha pouco menos de 1/3 do total do VAI estadual. Tal índice cresce

exponencialmente nos anos seguintes e chegar a aproximar-se dos 50% em meados dos anos oitenta. Os outros dois pólos industriais do estado no período eram Ponta Grossa que detinha pouco mais de 10% do VAI e a região de Londrina com 9% de representatividade.

TABELA 4.5 - Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no Valor Adicionado Fiscal da Indústria Estadual, 1979

Região	% VAF Indústria Estadual
<i>Curitiba</i>	52,70%
<i>Londrina</i>	9,50%
<i>Ponta Grossa</i>	10,40%
<i>Maringá</i>	3,60%
<i>Médio Iguaçu</i>	2,70%
Subtotal	78,90%
<i>Demais regiões</i>	21,10%

Fonte: SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda, apud IPARDES (1982)

Em se tratando dos segmentos industriais, o que se nota no período é que os segmentos mais dinâmicos – químico, metal-mecânico, de transportes – concentram-se na região do entorno da capital, enquanto que segmentos mais tradicionais, atrelados ao agronegócio, tem sua distribuição espacial mais espalhada pelo interior do estado.

A concentração espacial do então crescente setor industrial paranaense na RMC está intimamente ligada a dois fatores principais: a pré-existência de uma infra-estrutura urbana e industrial na cidade e em seu entorno capaz de proporcionar economias de aglomeração, e, segundo, ao auxílio concedido pelas esferas governamentais através de um amplo e articulado projeto de investimento que culminou, entre outras coisas, na criação da chamada CIC, a Cidade Industrial de Curitiba. Esses dois itens serão objeto de análise mais aprofundada no capítulo subsequente.

4.3 A INDÚSTRIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1980

4.3.1 Estrutura Produtiva

A década de 1980 foi extremamente complicada para a economia brasileira, e conseqüentemente para o estado do Paraná. Em um ambiente de crise econômica, instabilidade monetária e também política a indústria paranaense, que já atingia o patamar de 4o núcleo industrial do Brasil⁵, vê sua trajetória de crescimento ameaçada.

Como destaca Magalhães(1993, apud Trintin 2001) a estratégia adotada no período pelo setor industrial do estado foi concentrar os esforços na elevação dos padrões de competitividade. Foi dessa maneira que, de modo geral, a indústria paranaense chegou no início da década de 1990 gerando mais valor e conseguindo manter a participação nos mercados nacional e estrangeiro.

O bom desempenho do segmento de material de transportes - no ano de 1990 cresce a taxa de 1,07% - e do segmento metal-mecânico – cresce a taxa de 5,6% no ano de 1990 – se deve ao bom desempenho produtivo da Volvo S/A localizada na Cidade Industrial de Curitiba(CIC), e ao conjunto de empresas fornecedoras de insumos a montadora. De acordo com Trintin(2001) a Volvo foi a maior exportadora de caminhões do país nos anos 1980, chegando no ano de 1986 a ser responsável pela produção de quase 80% dos veículos exportados pelo Brasil.

De maneira geral, durante a década de 1980 consolida-se o padrão produtivo que passou a caracterizar a base industrial do estado do Paraná na década anterior. Cada vez mais os segmentos mais dinâmicos – químico, metal-mecânico e de transportes – passam a ocupar o lugar antes ocupado pelos segmentos tradicionais - produção de alimentos, madeira - no valor adicionado industrial paranaense.

⁵ De acordo com dados do IBGE, apud IPARDES(1994) o parque industrial paranaense só ficava atrás em termos de valor da produção para o de São Paulo, o do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais.

TABELA 4.6 - Participação dos Principais Segmentos da Indústria do Paraná no Valor Adicionado Industrial do Estado, 1979

Segmento	% VAI Estadual
<i>Produtos Alimentares</i>	16,55%
<i>Madeira</i>	13,80%
<i>Têxtil</i>	4,23%
<i>Química</i>	25,02%
<i>Papel e Papelão</i>	5,65%
<i>Metal-Mecânico</i>	9,13%
<i>Materiais de Transporte</i>	1,63%
Subtotal	76,01%
Demais segmentos	23,99%

Fonte de Dados Bruto: IBGE - Pesquisa Anual da Indústria. Elaboração Própria.

4.3.2 Distribuição espacial

Como mencionado anteriormente, a instabilidade econômica instaurada no país durante a década de 1980 manteve quase que intacto o padrão industrial constituído no Paraná a partir da década de 1970. O mesmo ocorreu no que a tange a distribuição espacial desse setor no estado.

A RMC mantém-se como o *locus* industrial do estado, concentrado a localização dos segmentos industriais mais dinâmicos em seu entorno. No interior do estado, observa-se relativa expansão dos segmentos industriais voltados ao agronegócio, com destaque a indústria de material elétrico, mecânica e metalurgia que passam a dar sinais de dinamismo também nessa região.

TABELA 4.7 - Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no Valor Adicionado Fiscal da Indústria Estadual, 1990

Região	% VAF Industria Estadual
<i>Curitiba</i>	60,01%
<i>Londrina</i>	7,36%
<i>Ponta Grossa</i>	10,11%
<i>Maringá</i>	5,64%
<i>Médio Iguaçu</i>	1,19%
Subtotal	84,31%
<i>Demais regiões</i>	15,69%

Fonte: Dados SEFA - Secretária de Estado da Fazenda apud IPARDES, 2003

4.4 A INDÚSTRIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1990

4.4.1 Estrutura Produtiva

Na década de 1990, a indústria do Paraná passa por um novo processo de diversificação produtiva. O estado, beneficiado pelo seu já dinâmico parque industrial e por suas vantagens de aglomeração passíveis de absorção, torna-se um dos maiores receptores de investimento no contexto de abertura e recuperação econômica no qual se encontrava o país.

Os segmentos industriais mais tradicionais, como o de produção de alimentos, o de beneficiamento de madeira e o têxtil tem sua estrutura sensivelmente alterada, passando a concentrar-se em etapas mais avançadas, do ponto de vista tecnológico, do processo produtivo.

TABELA 4.8 - Participação dos Diferentes Grupos no Valor Adicionado Fiscal dos Segmentos Tradicionais da Indústria Paranaense, 1985-1998

Segmentos/Grupos	1985	1998
Produtos Alimentares		
<i>Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação</i>	41,89%	27,56%
<i>Abate de animais e preparação de conservas</i>	22,14%	27,88%
<i>Resfriamento do leite e produtos do laticínio</i>	2,23%	11,33%
<i>Fabricação e refinação de açúcar e adoçantes</i>	7,64%	4,43%
<i>Fabricação de massas e biscoitos</i>	2,66%	3,38%
<i>Produtos Diversos (inclusive rações balanceadas)</i>	18,63%	16,76%
Madeira		
<i>Desdobramento da madeira</i>	60,77%	49,82%
<i>Pré-fabricado, estruturas de madeira e outros</i>	4,17%	4,80%
<i>Chapas e placas de madeira aglomerada/prensada</i>	30,49%	34,11%
<i>Fabricação de artefatos diversos de madeira</i>	4,26%	8,96%
Têxtil		
<i>Beneficiamento de fibras têxteis</i>	50,30%	9,80%
<i>Fiação de algodão</i>	39,51%	67,34%
<i>Fabricação de tecidos de malha</i>	6,32%	3,14%
<i>Fabricação de artefatos têxteis</i>	3,78%	16,65%

Fonte: Dados SEFA - Secretária de Estado da Fazenda apud Trintin, 2001

Contudo, como destaca o estudo Paraná: Diagnóstico Social e Econômico do IPARDES(2003), mesmo com tal mudança qualitativa no padrão de industrialização desses segmentos, entre os anos de 1990 e 2000, observou-se uma redução de sua participação no VAI do estado, caindo dos 25% em 1990 para 17% em 2000.

O movimento de diversificação também foi observado nos segmentos de maior valor agregado no período. Investimentos no setor metal-mecânico e no de material de transportes aumentaram a produtividade industrial do estado. (IPARDES, 2003)

IPARDES(2007) apresenta levantamento sobre os principais destinos do investimento industrial no estado. De longe, o segmento industrial que mais concentrou os recursos foi o de material de transportes com mais de 64% de todo o volume investido.

TABELA 4.9 - Distribuição dos Investimentos Industriais anunciados segundo atividade, no Paraná - 1995/2000

Atividade	Participação %
<i>Material de Transportes</i>	64,70%
<i>Alimentar</i>	9,89%
<i>Madereira</i>	7,94%
<i>Siderurgia/Metal-Mecanica</i>	4,02%
<i>Outros</i>	13,45%
Total	100,00%

Fonte: IPARDES, 2002

O bom desempenho passa a ser explicado através produção de veículos leves com a instalação em território paranaense das montadoras Volkswagen/Audi, Chrysler e Renault/Nissan. A Volvo S/A expande no período suas instalações no estado.(Trintin, 2001)

No segmento metal-mecanico, destaque para os investimentos de expansão da capacidade produtiva das plantas da New Holland, Bernard Krone e da Robert Bosch.

TABELA 4.10 - Participação dos Principais Segmentos da Indústria do Paraná no Valor Adicionado Fiscal da Industria Estadual, 2000

Segmento	% VAF Industria Estadual
<i>Madeira</i>	5,42%
<i>Produtos Alimentares</i>	10,79%
<i>Textil</i>	1,37%
<i>Papel e Papelão</i>	8,63%
<i>Quimica</i>	30,39%
<i>Metal-Mecanico</i>	6,23%
<i>Materiais de Transporte</i>	10,97%
Subtotal	73,80%
Demais Segmetos	26,20%

Fonte de Dados Bruto: IPARDES (2003). Elaboração Própria.

4.4.2 Distribuição espacial

O referido processo de diversificação produtiva que teve curso no Paraná impulsionado por um razoável volume de investimentos teve seu *locus* espacial mais uma vez na RMC.

A Região Metropolitana de Curitiba, que no ano de 1985 detinham quase que 50% do VAI do estado, no ano de 2000 concentrava mais de 64% do total.

TABELA 4.11 -Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no Valor Adicionado Fiscal da Indústria Estadual, 2000

Região	% VTI Estadual
<i>Curitiba</i>	64,52%
<i>Londrina</i>	6,90%
<i>Ponta Grossa</i>	10,87%
<i>Maringá</i>	3,25%
<i>Médio Iguaçu</i>	1,48%
Subtotal	87,02%
Demais regiões	12,98%

Fonte: Dados SEFA - Secretária de Estado da Fazenda apud IPARDES, 2003

O fenômeno de atração dos investimentos do período observado na região metropolitana de Curitiba se deve ao fato de que já havia infra-estrutura instalada na região, o que era fator determinando na escolha locacional dos grandes grupos industriais que investiam no momento.

Naquele período, no ambiente nacional era tempo de buscar eficiência na utilização dos fatores produtivos, assim, na perspectiva paranaense, a RMC sai novamente na frente por ser o *locus* industrial do estado, podendo maximizar o retorno sobre os investimentos realizados através das economias de aglomeração oriundas da infra-estrutura econômica pré-existente na região IPARDES(2003).

5. EVOLUÇÃO DO PERFIL ESPACIAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE

O capítulo que se segue apresenta, de forma geral, a maneira pela qual evoluiu o perfil espacial da indústria paranaense. Serão analisados os fatores fundamentais que fizeram da região metropolitana de Curitiba a região de maior poder atrativo dentro do estado. Paralelamente, será abordada a estrutura industrial existente no interior paranaense e sua origem baseada na vinculação com a atividade agrícola estadual.

5.1 A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

5.1.1 O Poder de Atração da Região Metropolitana de Curitiba

O poder de atração e aglomeração produtiva emanado pela região metropolitana de Curitiba tem, como uma de suas principais raízes, os desdobramentos ocorridos na economia paranaense na década de 1970.

Vivia-se no Brasil o período do milagre econômico, no qual o governo federal buscava expandir, de maneira descentralizada a economia brasileira. O objetivo central do período era levar o progresso econômico e social aos quatro cantos do país. O estado do Paraná, e mais especificamente, a região metropolitana de Curitiba, foram extremamente beneficiados no período.

Os efeitos do ciclo econômico do Café, produto no qual o Paraná foi o principal produtor brasileiro a partir da década de 1940, acabaram por criar no estado uma infra-estrutura relativamente avançada para o período. Como destaca Leão (1989), no início da década de 1970, já havia no estado uma rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e oferta adequada de energia elétrica. Tal característica acabou por tornar o estado um potencial receptor para grandes investimentos.

Aliado a tal característica, o poder público do estado, articulado com o governo federal e principalmente com a prefeitura da cidade de Curitiba, tratou de criar um amplo aparato institucional a fim de captar grande parte do capital, tanto nacional quanto internacional, que corriam o Brasil em busca de boas

oportunidades de investimento produtivo. Como um dos resultados de tal estratégia, foi criada então, no ano de 1973, a Cidade Industrial de Curitiba⁶, área na região centro sul da cidade destinada a instalação de grandes plantas industriais com subsídios governamentais.

5.1.2 A Cidade Industrial de Curitiba

A instalação da Cidade Industrial de Curitiba foi produto de uma articulação e coordenação de todos os órgãos públicos estaduais, das empresas de economia mista, como Sanepar, Copel e Telepar, e da prefeitura de Curitiba.

Conforme Trintin (2001), com o objetivo de estimular a implantação de empresas industriais, foi oferecida, além de serviços de infra-estrutura, a devolução da parte do ICM recolhido pelas empresas para a prefeitura de Curitiba, enquanto que o município isentaria as empresas do imposto territorial urbano e predial pelo período de até 10 anos, com alíquota de 1% ao ano sobre o valor venal. Além disso, para a implantação de infra-estrutura e das indústrias a Cidade Industrial contou com recursos de vários órgãos dos governos federal, estadual e municipal, com destaque para o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A (antigo Badep), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), do Banestado, do BNH, da CEF e do BNDES.

O Governo do Paraná, em convenio firmado com a prefeitura de Curitiba, alocou diretamente a URBS/Fundo de Urbanização de Curitiba, o equivalente a US\$ 12 milhões para o pagamento de estímulos fiscais e amortização de financiamentos feitos para realizar investimentos em obras viárias e desapropriações.

5.1.3 Evolução da Estrutura Produtiva Concentrada

A instalação da Cidade Industrial ampliou as vantagens locacionais de Curitiba, uma vez que a capital paranaense já contava na época com vantagens em razão de sua aglomeração populacional e industrial. Entretanto, como destaca Leão (1989), não se deve superestimar tal iniciativa para a perpetuação

⁶ Distrito Industrial Urbanístico da Cidade de Curitiba.

do padrão de concentração espacial da indústria paranaense porque no mesmo período, foram criados outros distritos industriais em alguns dos municípios do interior do estado (Londrina, Maringá, Cascavel etc)

De modo geral, a capacidade que o poder público detém de estimular ou inibir a concentração deve ser considerada com a devida cautela, visto que as decisões locacionais dependem também de outros fatores, como destaca IPARDES, (apud Leão, 1989, grifo do autor):

(...) Essas decisões (locacionais) estão sempre muito mais ligadas ao ambiente industrial preexistente, à proximidade dos centros de decisão, às condições de acesso (rodovias, aeroporto, porto), à disponibilidade e eficiência das telecomunicações e serviços urbanos de ordem superior, à existência da mão-de-obra em quantidade e qualidade adequadas e as condições de recepção de diretores e técnicos oriundos de outros centros nacionais ou estrangeiros, como moradia, escola e atividades sócio-culturais. **Essas condições se congregam, em quantidade e qualidade, em Curitiba, e por extensão, em alguns municípios de sua região metropolitana, tornando a região a opção locacional preferida das indústrias menos dependentes da proximidade das fontes de matérias-primas.**

No período seguinte à instalação da CIC, o que se nota é que o padrão de concentração espacial só faz aumentar no Paraná. Outro fenômeno presente é o da concentração na RMC dos segmentos industriais mais dinâmicos, do ponto de vista tecnológico e de valor agregado.

TABELA 5.1 - Concentração do Valor Adicionado Fiscal dos Principais Segmentos Industriais do Paraná na Região Metropolitana de Curitiba - 1975/1985/1998

Segmentos	% VAI Estadual				
	1975	1985	1998	Var. (p.p) 1975/1985	Var. (p.p) 1998/1985
<i>Madeira</i>	26,50%	42,80%	38,80%	16,30	-4,00
<i>Produtos Alimentares</i>	10,80%	12,10%	20,00%	1,30	7,90
<i>Têxtil</i>	9,20%	0,01%	13,80%	-9,19	13,79
<i>Química</i>	17,70%	65,30%	71,70%	47,60	6,40
<i>Papel e Papelão</i>	19,50%	17,20%	15,70%	-2,30	-1,50
<i>Metal-Mecânico</i>	60,35%	76,50%	74,00%	16,15	-2,50
<i>Materiais de Transporte</i>	39,40%	92,00%	96,30%	52,60	4,30
<i>Materiais Elétricos</i>	88,00%	94,70%	90,60%	6,70	-4,10

Fonte: Dados Brutos: SEFA apud TRINTIN(2001) - Elaboração Própria.

O dinamismo criado na Região Metropolitana de Curitiba, fruto do processo apresentado acima, acabou por tornar a região o *locus* preferencial para localização industrial no estado por conta de suas vantagens aglomerativas, elementos que exercem forte atração principalmente para os segmentos industriais de maior valor agregado.

Durante a década de 1980, o conturbado período econômico pelo qual atravessou o país acabou por arrefecer o processo aureo de crescimento industrial no Paraná. Em termos de distribuição espacial, o padrão iniciado na década anterior não sofre qualquer impacto significativo.

Durante a década de 1990, o setor industrial paranaense volta a se expandir por duas vias distintas:

a) pela expansão dos segmentos já consolidados na matriz industrial paranaense – como Curitiba concentrava tais segmentos, é novamente beneficiada frente as demais regiões e concentra os investimentos;

b) pela chegada de novos segmentos, como o de fabricação de veículos leves, que faz do Paraná um dos mais importantes polos automotivos do Brasil – outra vez, Curitiba e arredores foi a escolha como o local preferencial para instalação dessas novas plantas produtivas, em decorrência das vantagens aglomerativas existentes e também de incentivos governamentais.

Dessa forma, teve sequência o padrão de concentração espacial dos segmentos mais dinâmicos da indústria paranaense na região metropolitana de Curitiba, enquanto que no interior do estado, a industrialização se faz presente de maneira mais contida e menos ampla, concentrada apenas nos segmentos mais tradicionais da atividade industrial.

5.2 A INDÚSTRIA NO INTERIOR DO ESTADO

5.2.1 A Vinculação com a Atividade Agrícola

A produção industrial que se desenvolve no interior do estado do Paraná é fundamentalmente atrelada à atividade agropecuária. Sua dinâmica, de modo geral, menos dependente da estrutura industrial da RMC, tem suas bases firmadas na década de 1970.

No período pré-1970, a atividade agropecuária do estado era basicamente concentrada na produção familiar, em pequenas propriedades e com pequeno nível de profissionalização – *exclui-se aqui a atividade cafeeira que, embora majoritariamente concentrada em pequenas propriedades, apresentava sim, alto teor de profissionalização da produção.* De modo geral, esse também era o cenário observado na atividade agropecuária nacional e, no mesmo período do milagre econômico, foi iniciativa do governo federal a profissionalização e aumento da eficiência produtiva da atividade rural. Com isso, uma série de investimentos foram feitos criando-se um aparato técnico-burocrático a fim de reestruturar e expandir a atividade agropecuária brasileira, em direção ao cultivo e exploração de culturas mais eficientes do ponto de vista comercial.

O Paraná não ficou de fora desse processo, ao contrário, foi novamente beneficiado por suas vantagens comparativas frente aos demais estados brasileiros. Com terras altamente produtivas, uma infra-estrutura já montada - *fruto de quase duas décadas de liderança na produção cafeeira nacional* - o estado passa a ser o *locus* de um processo veloz de reestruturação produtiva.

De acordo com ROLIM(1995), um fator que também contribuiu para a reestruturação agropecuária no Paraná foi a geada negra de 1975 que destruiu quase que na totalidade os cafezais paranaenses, forçando alguns produtores que viram todo seu patrimônio destruído a recomeçar a vida, buscando novas fontes de renda, entre elas novas culturas a explorar.

A partir daí, passa a ganhar força no estado o cultivo de soja, trigo, milho, cana-de-açúcar enquanto que o café perde espaço. Essas culturas que são introduzidas mudam o padrão de pequena propriedade familiar para um padrão de grande propriedade capitalista, o que passa a demandar uma infraestrutura diferenciada, insumos e implementos – como máquinas, equipamentos, tratores, adubos, sementes modificadas, entre outros, o que faz com que se desenvolva um segmento industrial paralelo a atividade agropecuária, a fim de suprir as demandas e processar os produtos desse segmento em ascensão.

TABELA 5.2 - Variação Absoluta e Relativa da Área Plantada no Paraná dos Principais Produtos Agrícolas - 1970-1980

Principais Produtos	Variação Absoluta 1970/1980 (ha)	Variação Relativa 1970/1980 (%)
<i>Algodão</i>	-111.413	-24,90
<i>Arroz</i>	-62.191	-13,40
<i>Café</i>	-148.400	-14,20
<i>Cana de Açúcar</i>	23.222	63,20
<i>Feijão</i>	24.849	3,20
<i>Milho</i>	281.691	15,00
<i>Soja</i>	2.115.789	695,50
<i>Trigo</i>	1.312.402	456,30

Fonte: SEAG - DERAL, apud IPARDES, 1982

5.2.2 A Estrutura Produtiva do Segmento Agroindustrial

A estrutura produtiva do segmento agroindustrial é basicamente caracterizada pela constituição de cadeias produtivas. De acordo com IPARDES (1994), o segmento industrial que se desenvolve mais fortemente no interior do estado cobre desde o processamento de óleos vegetais, a fabricação de farelos proteicos e de rações até a industrialização de proteínas animais, incluídos, algumas vezes, como atividades de uma única empresa.

Papel importante também é o desempenhado pelas grandes cooperativas de produção agropecuária. Tal forma de organização produtiva

atua de maneira eficiente no sentido de ampliar o leque social de pessoas atingidas pelo seu desenvolvimento.

Inicialmente com foco no processamento inicial das matérias-primas agrícolas observa-se nos últimos anos uma mudança qualitativa na estrutura produtiva do segmento agroindustrial. Conforme destaca IPARDES(2003), as empresas, principalmente cooperativas, passaram a centrar seus esforços na produção de alimentos sob a forma de bens de consumo final(iogurtes e derivados do leite, por exemplo), na tentativa de elevar o valor agregado pelo setor.

TABELA 5.3 - Participação dos Diferentes Grupos no Valor Adicionado Fiscal dos Segmentos Tradicionais da Indústria Paranaense, 1990-2000

Agrupamentos	1990	2000
<i>Destilação de Alcool e Produção de Açúcar e Adoçantes Naturais</i>	7,9%	8,1%
<i>Couros e Peles</i>	3,9%	2,6%
<i>Artigos de Couro</i>	1,5%	0,7%
<i>Fiação e Tecelagem</i>	5,4%	5,4%
<i>Malharia e outros Produtos Textéis</i>	0,9%	0,9%
<i>Fumo</i>	16,4%	2,4%
<i>Óleos e Gorduras Vegetais</i>	18,1%	11,4%
<i>Beneficiamento de Café, Mate, Grãos e Fibras</i>	8,2%	5,1%
<i>Moagem de Trigo</i>	3,1%	5,7%
<i>Panifício e Pastificio</i>	2,5%	3,5%
<i>Industrialização do Café</i>	1,9%	2,2%
<i>Processamento do Milho, Mandioca e seus derivados e Farinhas Diversas</i>	2,7%	6,3%
<i>Sucos Concentrados Naturais e Conservas de Frutas e Legumes</i>	0,4%	0,9%
<i>Refeições e Alimentos Conservados</i>	1,2%	1,2%
<i>Abate de Bovinos e Suínos e Preparação de Carnes e Subprodutos</i>	3,6%	7,8%
<i>Abate de Aves e Preparação de Carnes e seus Subprodutos</i>	9,3%	8,8%
<i>Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas</i>	0,0%	0,6%
<i>Leite e Derivados</i>	1,7%	4,9%
<i>Fabricação de Balas, Chocolates e Sorvetes</i>	0,1%	1,5%
<i>Cerveja, Chope e Malte</i>	6,7%	9,5%
<i>Refrigerantes</i>	3,2%	5,3%
<i>Fabricação de Refrescos Naturais, Mate Solúvel e Xarope para Refrescos</i>	0,0%	0,0%
<i>Fabricação de Vinhos, Aguardentes e Licores</i>	0,4%	0,5%
<i>Rações e Alimentos Preparados para Animais</i>	0,9%	4,7%
	100%	100%

Fonte: Dados SEFA, apud IPARDES, 2003

Entretando, mesmo com esse movimento de reestruturação interna, o segmento agroindustrial perde sensivelmente participação no VAF estadual. Conforme apontam os dados do IPARDES (2003), entre os anos de 1990 e 2000 a participação relativa cai de 25% para 17% do total.

Tratando-se de distribuição espacial, o segmento agroindustrial possui distribuição menos concentrada no território estadual. Os municípios mais representativos do segmento são Curitiba, com 12% do valor total, seguido por Ponta Grossa, com 11%, Toledo e Maringá, ambos com 5% de participação.

TABELA 5.4 - Participação dos Municípios no Valor Adicionado Fiscal da "Agroindústria" Paranaense - 2000

Município	% VAF Estadual
<i>Curitiba</i>	12,1%
<i>Ponta Grossa</i>	11,3%
<i>Toledo</i>	5,3%
<i>Maringá</i>	5,2%
<i>Subtotal</i>	33,9%
<i>Demais Regiões</i>	66,10%

Fonte: Dados SEFA, apud IPARDES, 2003

6. CONCLUSÃO

A análise do processo de industrialização do Paraná e a forma pela qual se deu sua articulação com o território estadual aponta, basicamente, para dois determinantes principais do padrão de concentração espacial da produção na Região Metropolitana de Curitiba, são eles:

a) Pré-existência de um ambiente dinâmico, do ponto de vista econômico e social, no qual já se podia desfrutar das chamadas economias de aglomeração ao se instalar nas proximidades da capital;

b) Um pacote de incentivos governamentais que acabou por incentivar a instalação de grandes plantas industriais, na Região Metropolitana de Curitiba.

O período chave no qual se firmaram as estruturas sob as quais se consolidou uma atividade industrial espacialmente concentrada foi a década de 1970. O Brasil passava por um momento ímpar de sua história econômica. Crescer e desconcentrar a atividade produtiva eram os objetivos da estratégia de desenvolvimento da economia nacional. Tal fenômeno impôs ao estado do Paraná uma nova dinâmica produtiva, a qual legou ao estado uma malha industrial muito mais complexa, espacialmente concentrada e vinculada aos mercados nacional e internacional.

Alguns dos elementos que formavam as vantagens aglomerativas da região metropolitana de Curitiba:

1) Por ser a capital do estado, concentrava as decisões políticas que afetavam todo o Paraná;

2) Possuía boas condições de acesso a rodovias, aeroportos, portos;

3) Havia disponibilidade de serviços de comunicação, energia, saneamento, educação, e demais serviços urbanos;

4) Havia um mercado de trabalho relativamente dinâmico, com quantidade e qualidade adequadas.

Por outro lado, um amplo programa de investimentos e incentivos governamental – tanto na esfera federal (nos recursos destinados ao Paraná), quanto na estadual - acabou por concentrar suas ações na Região Metropolitana de Curitiba. Como um dos principais resultados desse movimento, Curitiba ganhou seu distrito industrial, a CIC – Cidade Industrial de Curitiba – o qual, acabou por sediar algumas das principais plantas industriais instaladas no período no estado.

No interior do estado, por sua vez, nascia um setor industrial menos concentrado espacialmente, com forte ligação à atividade agropecuária, fornecendo insumos e processando as matérias-primas provenientes da exploração rural. Entretanto, os municípios do interior não contavam com as mesmas condições de atração de novos investimentos do que a RMC, fazendo com que as taxas de crescimento industrial fossem menores do que as observadas na capital.

De forma geral, o que se observa no padrão locacional da indústria paranaense, é uma forte característica de busca pela absorção das **economias de aglomeração**, tanto na forma das economias de localização, através da aglomeração de várias empresas de uma mesma indústria numa mesma localidade, como na forma das economias de urbanização, através da diversificação industrial e do ambiente urbano dinâmico existente. Ambas as formas de economias oriundas da localização espacial, somadas ao amplo pacote de incentivos governamentais se apresentam como os principais determinantes da característica de concentração espacial da indústria paranaense.

Esse padrão apresenta-se de forma tão consolidada que não teve sequer tendência de mudança nos últimos 40 anos. Mesmo na década de 1990, onde observou-se na dinâmica industrial do estado um novo fenômeno de diversificação produtiva, foi a região metropolitana de Curitiba que concentrou quase que a totalidade dos investimentos.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELLO, R. **Agglomeration Economies and Urban Productivity: The Case of High-Tech Industry in the Milan Metropolitan Area**. Working Paper, Politécnico di Milano Dipartimento di Economia e Produzione, 2004.

EDWARDS, M. E. **Regional and Urban Economics and Economic Development – Theory and Method**. Taylor and Francis Group. New York, 2007. p. 111-138

DINIZ, C.C e CROCCO, M. A. **Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira**. In: Nova Economia, v.6, no 1, julho 2006.

FERREIRA, M de F. S. & LEMOS, M. B. **Localização Industrial e Fatos Estilizados da Nova Reconfiguração Espacial do Nordeste**. Revista Econômica do Nordeste, v.31, n. Especial. Fortaleza, 2000 p. 484 – 494.

FERREIRA, C.M.de C. **As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia**. In: HADDAD, P. R.org. Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB. ETENE, 1989. p.67-201

GALINARI, R. e LEMOS, M.B. **Economias de Aglomeração no Brasil: Evidencias A Partir da Concentração Industrial Paulista**. In: Encontro Nacional de Economia, 35, 2007. Recife, Anais, Recife: ANPEC, 2007.

GUIMARÃES, P. e FIGUEIREDO, O. **Location and Localization of Portuguese Manufacturing Industries**. Comunicação à Conferência do Banco de Portugal Desenvolvimento Econômico Português no Espaço Europeu - 11 e 12 de Março, 2004.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades regionais e federalismo**. In: AFFONSO, Rui B. A. e SILVA, Pedro L. B. (orgs.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo, Fundap. 1995

HOOVER, E.M e GIARRANTANI, F. **An Introduction to Regional Economics**. The Web Book of Regional Science, Regional Research Institute. West Virginia University. Pittsburgh, 1999. Cap. 2. Disponível em< <http://www.rri.wvu.edu/WebBook/Giarrantani/main.htm>.> Acesso em 22 set. 2007

HADDAD, Eduardo. **Notas sobre Localização Industrial**. Mimeo, 2006

HADDAD, Eduardo (org). **Análise das Mega-Tendências Regionais e Setoriais no Brasil: 2005 a 2023 – Volume 1: Visão de Conjunto**. FIPE, 2006

HERMANN, J. **Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre Econômico” (1964-1973)**. In:GIAMBIAGI, F. et et al. *Economia Brasileira Contemporanea*. Elsevier, 2005. p.69-92

IPARDES. **Cidade Industrial de Curitiba**. Análise Conjuntural - Março/Abril. Curitiba: IPARDES, 1983

IPARDES. **Paraná: Diagnóstico Econômico e Social**. Curitiba, IPARDES, 2003

IPARDES. **Dinâmica Recente da Indústria Paranaense: Estrutura e Emprego**. Curitiba: IPARDES, 2007.

MCCANN P. **Urban and Regional Economics**. Oxford University Press, Oxford, 2001. p.53-83

LEÃO, I.Z.Z.C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba, IPARDES-CONDITEC,1989

PACHECO, C. A. **Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial**. Texto para Discussão No 633. Brasília, IPEA, 1999.

ROLIM, C.F.C. **O Paraná Urbano e o Paraná do Agro business: as dificuldades para um Projeto Político.** Revista Paranaense de Desenvolvimento. n.º. 86, set/dez.1995.

TAVARES, M.C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil.** Campinas, Unicamp, 1986. p.15-24

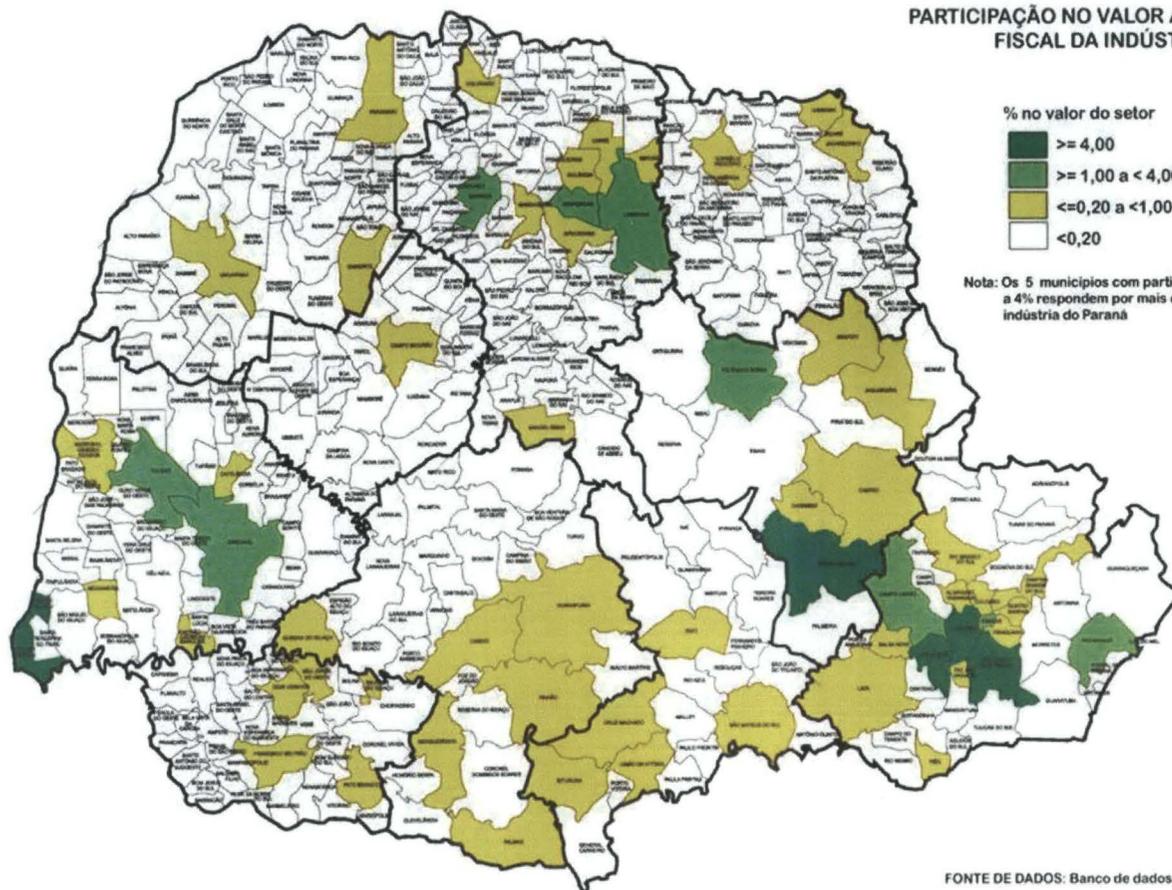
TRINTIN, J.G. **A Economia Paranaense: 1985 – 1998.** Campinas, 2001. Tese (Doutoramento em Economia) Instituto de Economia, Universidade Federal de Campinas.

VILLELA, A. **Dos Anos Dourados de JK à Crise não Resolvida (1956-1963).** In:GIAMBIAGI, F. et et al. Economia Brasileira Contemporanea. Elsevier, 2005. p.45-68

ESTADO DO PARANÁ

PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA

2008



FONTE DE DADOS: Banco de dados do Estado - IPARDES

Elaboração própria.